

---

**AS MULHERES NA FAZENDA: DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE TERRA, TRABALHO,  
FAMÍLIA, COR E VALOR-DISSOCIAÇÃO NA SERRA DO CABRAL**

**WOMEN IN FARM: BRIEFING ABOUT LAND, LABOR, FAMILY, COLOR AND  
VALUE-DISSOCIATION IN SERRA DO CABRAL**

**LAS MUJERES EN LA HACIENDA: UNA CHARLA SOBRE LA TIERRA, EL TRABAJO,  
LA FAMILIA, EL COLOR Y LA DISOCIACIÓN DEL VALOR EN LA SERRA DO  
CABRAL**

Suelen Rosa Pelissaro<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-2867-9556>

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisadora com bolsa de estudo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [suelen.pelissaro@usp.br](mailto:suelen.pelissaro@usp.br)

---

**RESUMO**

Este artigo analisa, sob a égide marxista do teorema da crítica do valor-dissociação proposto por Roswitha Scholz, a participação de uma geração específica de mulheres expropriadas na territorialização da Serra do Cabral, ao norte de Minas Gerais, ao longo do século XX. Expropriadas tanto no garimpo de diamantes e na fazenda pecuária, bases daquele processo de ocupação e formação regional, quanto na posterior silvicultura, que introduziu relações de trabalho modernas com vias à abertura da região sob o discurso de modernização econômica. Com o suporte de entrevistas e pesquisas de campo, apresenta-se a dissociação do valor não restrita à questão de gênero, mas também conectada à cor, dada a condição periférica de um país de recente passado escravista. Com isso, o presente trabalho expõe o sertão norte mineiro, desde o século XVII, no prelúdio de sua territorialização, como uma particularidade da abrangência da sociabilidade moderna capitalista, habitado por mulheres historicamente imiscuídas no processo de produção, seja na reprodução da família, na produção de excedente e no acesso à liberdade negativa.

**Palavras-chave:** Valor-Dissociação. Modernização. Norte de Minas Gerais.

---

**ABSTRACT**

This essay analyzes, through the Marxist aegis of the theory of value-dissociation, proposed by Roswitha Scholz, the participation of a specific expropriated generation of women in territorialization of Serra do Cabral, in the northside of Minas Gerais state, throughout the 20<sup>th</sup> century. Expropriated both in the diamond mining and on the livestock farm, the basis of that process of occupation and regional formation, and the subsequent forestry, which has introduced modern working relationships on the way to open the region under the economic



modernization speech. Supported by interviews and fields of research, this text presents the dissociation of value not restricted to the issue of gender, but also connected to color, due to the peripheral condition of a country of recent slave past. With this, the work exposes the northern hinterland of Minas Gerais as a particularity of the scope of modern capitalist sociability, since the 17<sup>th</sup> century, in the prelude to its territorialization, inhabited by historically immiscible women in the process of production, whether in the reproduction of the family, in the production of surplus, and the access to negative freedom.

**Keywords:** Value-Dissociation. Modernization. North of Minas Gerais.

---

## RESUMEN

Este artículo analiza, bajo la égida marxista del teorema de la crítica de la disociación del valor propuesto por Roswitha Scholz, la participación de una generación específica de mujeres expropiadas en territorialización de la Serra do Cabral, al norte de Minas Gerais, a lo largo del siglo XX. Expropiadas tanto en la minería de diamantes y en la hacienda ganadera, bases de ese proceso de ocupación y formación regional, cuanto en la posterior silvicultura, que introdujo las relaciones laborales modernas rumbo a la apertura de la región bajo discurso de modernización económica. Apoyado por entrevistas y investigaciones de campo, se presenta la disociación del valor no restringido al tema de género, sino también conectado al color, dada la condición periférica de un país de pasado esclavo reciente. Con eso, el presente trabajo expone el campo/la zona rural del norte del estado, desde el siglo XVII, en el prelude de su territorialización, como particularidad del alcance de la sociabilidad capitalista moderna, habitado históricamente por mujeres involucradas en el proceso de producción, ya sea en la reproducción de la familia, en la producción de excedentes y en el acceso a la libertad negativa.

**Palabras clave:** Disociación del valor. Modernización. Norte de Minas Gerais.

---

## INTRODUÇÃO

Pensando o norte de Minas Gerais a partir das reflexões teóricas sobre o conceito de constituição de região, as relações sociais de produção e a forma regional de acumulação do capital sugerem pensar que a formação do trabalho livre constituiria a sua autonomização em relação à propriedade do capital assim que a região fosse aberta a elementos econômicos exógenos. Um pressuposto para o desenrolar desse processo teria sido a composição da família regional, conforme adverte Carlos de Almeida Toledo (2008) no estudo *A região das lavras baianas*. A reprodução familiar seria uma parte histórica da gênese da região, fornecedora de braços para o trabalho nas fazendas, tendo existido à sombra da sociedade escravista, enquanto na pós-abolição passou a ser essencial para a permanência daquela dinâmica.

Entre 2015 e 2019, durante os trabalhos de campo para a pesquisa sobre a territorialização do capital na Serra do Cabral, ao norte de Minas Gerais<sup>2</sup>, quando se procurava por vaqueiros dispostos a depor sobre o trabalho nas fazendas no período pré-

---

<sup>2</sup> Tese de doutoramento em Geografia Humana em vias de conclusão, a qual aborda a territorialização do capital na Serra do Cabral a partir da ocupação colonial com pecuária extensiva e garimpo de diamante, chegando ao atual colapso da modernização.

autonomização entre terra, trabalho e capital<sup>3</sup>, surgiu a curiosidade pelas mulheres, presentes também no garimpo, porém em muito menor escala. De posse de um gravador, uma máquina fotográfica e um caderno, os encontros foram combinados de maneira informal, com a intermediação de familiares e amigos que moram na região. Em quatro anos de pesquisa, foram ouvidas 35 pessoas, entre homens e mulheres, a maioria no município de Francisco Dumont. Para este texto, o enfoque será dado ao grupo de mulheres, as quais estavam em suas casas, envolvidas em uma atmosfera de descontração. As entrevistas eram iniciadas com perguntas simples, como nome, idade, local de nascimento, de onde vieram os pais e o que faziam, para então seguir em uma conversa mais livre, em que as senhoras contavam passagens de suas vivências e o que mais achassem importante dizer. As conversas estimularam a pensar a questão sob a ótica da teoria exposta – a da crítica do valor-dissociação –, na busca dos liames históricos e geográficos entre o universo de dissociados, a produção e a terra na Serra do Cabral.

Tal interesse parte da premissa levantada por Roswitha Scholz (2000) no texto *O sexo do capitalismo: teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado*, em que a autora propõe o teorema da crítica do valor-dissociação, pondo em questão a própria forma da mercadoria como princípio da socialização da moderna sociedade mundial, interessada em discutir, para além do marxismo operário e seu limite à crítica à mais-valia, bem como para além do feminismo, que a crise da modernidade fragmenta a vida ao rotular tudo como trabalho<sup>4</sup>.

O suporte para essa preocupação foi acrescido com a advertência de que o capitalismo é também uma história sexual cindida, de acordo com o que Jéssica Cristina Luz Menegatti (2019) apresenta em sua dissertação *Mulher sem valor: o pensamento de Roswitha Scholz para a crítica radical do capitalismo e das relações de gênero*. Iniciando sua argumentação com Simone de Beauvoir, a autora atenta para o fato de que a forma mercadoria não poderia ser pensada como uma categoria “sexualmente neutra”. Ao contrário, ela contém em si uma dualidade em contradição, e é justamente essa cisão na sua unidade o que coincide com o

---

<sup>3</sup> Compreende-se que a autonomização dos fatores de produção foi inaugurada oficialmente com o processo de centralização do Estado encabeçado por Getúlio Vargas no poder, alcançando a região de estudo apenas a partir da década de 1970. Ou seja, tal transformação não se deu simultaneamente em todo o território nacional, dada a sua particularidade em cada porção.

<sup>4</sup> Sobre as demandas do feminismo operário, o problema é o fim em si absurdo da conformação totalitária da mercadoria e do dinheiro, sendo que a “distribuição justa” no interior desta forma permanece submetida às leis do sistema e às restrições dela decorrentes – logo, uma pura ilusão. Uma simples redistribuição na condição da mercadoria, do valor e do dinheiro, seja qual for a modalidade, não pode evitar as crises, nem acabar com a pobreza global engendrada pelo capitalismo. O problema decisivo não é como sacar a riqueza abstrata na forma insuperada do dinheiro, mas essa mesma forma (SCHOLZ, 2000).

modelo de assimetria de gênero que constitui as bases do patriarcado capitalista tal como se conhece, nos seus estereótipos de “feminilidade” e “masculinidade”.

Assim, a sociedade capitalista identifica o feminino na categoria de valor de uso em oposição ao masculino enquanto valor de troca, atribuindo a estes a figura de “sujeitos” do valor-dinheiro e o protagonismo de sua realização, que se dá na esfera pública, o mercado, onde se efetiva o valor de troca, de modo que à masculinidade são aderidas identificações imediatas com o dinheiro e o trabalho abstrato. Às mulheres, por sua vez, resta a vinculação ao que aparece em uma esfera radicalmente refratária: a vida privada ou doméstica, relacionada à realização do valor de uso e que, como oposto ao valor de troca, perde primazia, “figurando como mero suporte, uma concepção que aparta as mulheres das relações de poder e perspectivas de ação direta sobre a condução da sociedade” (MENEGATTI, 2019, p. 24).<sup>5</sup>

Para Roswitha Scholz o feminino e o trabalho de casa sofrem uma “dissociação” do valor, do trabalho abstrato e das formas de racionalidade que lhes estão ligadas, sendo que determinadas qualidades, como sensibilidade e emocionalidade, são atribuídas à mulher, enquanto ao homem compete a força do entendimento, a fortaleza de caráter, a coragem etc., revelando uma clivagem assentada em uma relação dialética recíproca (SCHOLZ, 2000), pois a dissociação é o valor, e o valor é a dissociação, estando um contido no outro sem serem idênticos, ambos momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária que devem ser compreendidos no mesmo nível da abstração (SCHOLZ, 2000). As qualidades atribuídas à mulher como momento cindido são imanentes à sociedade capitalista, ainda que não imanentes à forma do valor.

Com isso, o “dissociado” feminino vai além do consumo e da preparação de bens de uso comprados para tal, abrangendo da prestação de cuidados ao erotismo, dificultando distinguir o que é atividade obrigatória e manifestação existencial da vida. É essa dificuldade que para Roswitha Scholz torna acabrunhante o conjunto de atividades de reprodução feminina, ao invés da situação do “trabalhador abstracto”.

---

<sup>5</sup> Na esteira da crítica a essa identificação feita pela sociedade capitalista, deve-se acautelar que o valor de uso também é um momento da abstração real, sendo, portanto, parte do universo masculino da sociabilidade abstrata e dessensibilizada. Somente no consumo humano e individual os produtos são libertados para o uso real, e é lá que o dissociado se encontra. “Nesse sentido, o próprio valor de uso continua a ser uma categoria fetichista da economia abstrata” (KURZ, 1992). É nesse consumo que se concede à verdadeira não universalidade da forma abstrata universal, e é na realização da mercadoria que se percebe a fraqueza da totalidade, pois ela está nua ao revelar o mundo que não queria que existisse.

## DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE TERRA, TRABALHO, FAMÍLIA, COR E VALOR-DISSOCIAÇÃO NA SERRA DO CABRAL

Conforme relato dos entrevistados, apesar das transformações sociais, a rotina de trabalho nas fazendas de gado não mudou muito do século XVIII até a primeira metade do XX<sup>6</sup>. Maria de Jesus Leite, conhecida como Lica, 90 anos (2017), filha de garimpeiro e nascida em Francisco Dumont, foi uma das interlocutoras. Casada desde os 19 anos com José Avelino Leite, codinome Zé Peão (falecido há quase dez anos) – vaqueiro que exemplifica a responsabilidade desses sujeitos pelo povoamento do sertão –, contou que o casal morou por anos em uma fazenda em um lugar de difícil acesso hoje, pertencente à família de Wandick Dumont, de quem eram compadres. Seu marido era encarregado de administrar a fazenda e conduzir o gado até a estação de trem, lidava com o ramo desde menino, compondo os atores responsáveis pela criação e manutenção dos latifúndios.

Mesmo tendo vivido com o marido no tempo em que a modernização já adentrava a Serra do Cabral, ela comenta que o dia a dia na fazenda, pelo o que lembra dele contar, era de acostumar o gado no pasto, amansá-lo, cuidar dos doentes e organizar sua alimentação e suas crias.

A princípio, Zé Peão recebia como pagamento um bezerro a cada quatro nascidos (quarteação<sup>7</sup>), o que lhes permitiu adquirir um pedaço de terra e formar a “Fazendinha”, propriedade deles. A partir de determinado momento (não soube dizer ao certo quando), o dono da fazenda passou a pagar em dinheiro, afirmando que nunca tiveram problema em relação ao quanto o marido ganhava e não haver atrasos.

Ela não recebia pagamento, mas trabalhava na casa da fazenda e fazia todo tipo de serviço: passava, lavava, cuidava da pensão, cozinhava para os camaradas (vaqueiros), atendia serradores, ferreiros, pedreiros e carpinteiros que faziam a manutenção da terra, cuidava dos filhos dos donos da fazenda, tricotava, buscava água na cisterna e no rio Jequitaiá, criava porcos, tirava leite e fazia queijo, requeijão e sabão de pequi colhido no mato, da mesma maneira que muitas sertanejas fizeram décadas antes<sup>8</sup>. Eles foram morar na fazenda porque lá

---

<sup>6</sup> Partindo-se do conceito de região proposto por Francisco de Oliveira (1988), entendido como um produto histórico forjado na relação com o mercado internacional, ao mesmo tempo em que se constitui mantendo ou criando formas de geração do valor bastante diferenciadas, essa situação mudou a partir da abertura regional desencadeada pelos governos militares, facilitando o acesso à terra por grupos exógenos à região, assunto melhor desenvolvido na pesquisa.

<sup>7</sup> Um dos poucos trabalhos pagos desde a colônia por fazendeiros já ausenteístas, explicado pelo *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí* (1900), documento anônimo do século XVIII.

<sup>8</sup> “Uma das coisas com que vovô embirrava era de fazer sabão na Fazenda. Vovó disse que ela não podia compreender viver na Fazenda comprando sabão. Então mandava os negros, no tempo dos pequis, buscar

seu marido conseguiu emprego e ela era a responsável pelo preparo do almoço das tropas, tendo que cozinhar todas as noites para o dia seguinte.<sup>9</sup>

No dia que ia sair tropa da fazenda pra levar a boiada até o trem, eu levantava três da manhã pra fazer o almoço. Matava cinco, seis frangos. Dia de casamento, Zé escolhia o cavalo mais bonito, a gente montava e ia na roça buscar a noiva. Era festa com sanfona até o dia raiar. (informação verbal).<sup>10</sup>

Os serviços de Lica são essenciais para que a fazenda continue produzindo, porém, como dissociado feminino, seu trabalho é o que está à parte, permanecendo ao mesmo tempo dependente e menosprezado, porque se trata de um momento desintegrado no contexto de toda a produção social. Lica não produzia mercadorias diretamente, mas criava as condições para que a fazenda funcionasse e continuasse se realizando como tal. Seu trabalho, entendido como cindido, não é visto como lógico, sendo por isso naturalizado o fato de não receber pagamento.

Assim que o casal se aposentou, decidiu morar de vez no município. Antes desse momento, Lica comenta que queria que as filhas estudassem, por isso investiram em uma casa em Francisco Dumont com a ajuda do patrão, mesmo com o marido passando a semana fora. Ela mesma estudou apenas quatro anos, pois a escola não oferecia formação além e o casamento aconteceu cedo. Apenas depois de aposentada ela passou a exercer atividades em que o dinheiro chegava em suas mãos: fazia quitanda (biscoitos e doces) e crochê sob encomenda, tudo dentro do ambiente doméstico. Conseguiu formar os filhos, que para tal tiveram que se deslocar para cidades maiores, como Bocaiúva e Belo Horizonte, não seguindo o destino dos pais.

---

cargueiros deles para fazer sabão. Quando vovô via chegar aquela porção em casa, perguntava a vovó para que ela queria tanto pequi. Ela respondia: ‘É para fazer velas, Batista’. Ele então perguntava: ‘Faz-se velas de pequi?’. Ela respondia: ‘Muito boas’. Ele dizia: ‘Pois eu quero vê-las depois de prontas’. Vovó enchia o tacho de pequis, fazia sabão escondido e ele acabava se esquecendo das velas.” (MORLEY, 2016, p. 49).

<sup>9</sup> Resguardadas as diferenças em relação às mudanças sociais, o relato de Lica remete às observações de Johann Baptist von Spix pouco mais de 100 anos antes, ao ter andado pela mesma região. Para o viajante, era comum encontrar nessas fazendas “oficinas com todos os operários como sapateiro, alfaiate, tecelão, serralheiro, ferreiro, pedreiro, tijoleiro, caçador, mineiro, lavrador, etc., ofícios que, num país povoado, estão divididos em corporações próprias” (SPIX, 1981, p. 18), havendo um feitor que cuida da propriedade, enquanto ao fazendeiro cabia a função também de juiz, médico, governador e até padre, interessado na reprodução das famílias a ele submetidas.

<sup>10</sup> Depoimento fornecido por Maria de Jesus Leite, Lica, em entrevista concedida à pesquisa em dezembro de 2017.

**Figura 1:** Lica de Zé Peão



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2017)

Semelhante à Lica é Evangelina Teles da Fonseca, Vanja, 88 anos (2019), esposa de Manoel Lopes de Azevedo, nascida no povoado do Carrapato. Seu pai tinha um pedaço de terra na comunidade, fruto de partilha de herança com os irmãos. Porém, como morreu cedo, sua mãe precisou distribuir os seis filhos para que pudessem crescer com um mínimo de condição. Assim, Vanja foi aos 12 anos de idade morar no povoado de Santo Antônio com a tia, casada com o fazendeiro Silivério Fonseca.

Estudei só três anos. Tinha cabeça boa pra aprender, mas logo fui morar na fazenda Santo Antônio. [...] Trabalhava na casa, serviço de casa, cozinhando. [...] Não ganhava nada, só a comida e o lugar pra morar. [...] Fui trabalhar depois no plantio, de cozinheira. Ganhava metade de um salário, passava a semana no alojamento na Serra. (informação verbal).<sup>11</sup>

Tendo sido criada na fazenda, coube a ela desde cedo os serviços de lavoura e fazer requeijão e queijo – “No Santo Antônio, fazendeiro sobrevivía era do gado, mexendo com leite, fazendo requeijão...”, afirma –, recebendo em troca lugar para morar, comida e roupa. Conseguiu estudar por três anos, porém o trabalho precoce impediu que continuasse, apesar do desejo de prosseguir aprendendo. A partir de então, passou a cozinhar para a fazenda até os 18 anos sem receber qualquer pagamento, quando saiu de lá para voltar a viver no Carrapato, casada com Manoel Lopes.

---

<sup>11</sup> Depoimento fornecido por Evangelina Teles da Fonseca, Vanja, em entrevista concedida à pesquisa em julho de 2019.

Como o marido vivia na condição de agregado, ela o seguiu. Ao ter filhos, teve de lidar com a criação dos pequenos, além dos serviços de cozinha. A família se mudou para Francisco Dumont após décadas vivendo de favor, pois tinha o desejo de dar aos dois meninos a oportunidade de estudar. Inseridos na condição de moradores na cidade, o leque de trabalhos foi ampliado por Manoel, que na ocasião da conversa ressaltou que teve que ampliar o leque de serviços a oferecer aos arredores, passando de vaqueiro na condição de agregado a morador na cidade e autônomo como pedreiro, carpinteiro, coletor de sempre-viva, garimpeiro e lavrador.

A vida no município impeliu Vanja mais uma vez ao trabalho fora da própria casa, tendo em vista que a família não dispunha mais de lavoura para o consumo de víveres<sup>12</sup>. Assim, ela intercalava os períodos de coleta de sempre-viva na Serra do Cabral com o trabalho que surgiu com as reflorestadoras. Nos anos 1980, fez plantio de *Pinus* para a Andrade Valadares, a Santa Maria Floresta e a Serra do Cabral Agroindústria (Scai). Depois, passou a trabalhar nos reparos e nos viveiros de mudas, até finalmente voltar a lidar com cozinha, dessa vez dos alojamentos, passando a semana no alto da Serra. Pela primeira vez na vida, recebeu salário e teve carteira assinada.

Tendo saído da silvicultura, voltou a trabalhar como cozinheira de fazendeiros, recebendo meio salário mínimo sem, no entanto, viver de favor no domínio da fazenda. Ela ia e voltava da propriedade todos os dias, muitas vezes andando por quilômetros. Nessa época, os latifúndios não possuíam mais agregados, pagando em dinheiro pelos serviços prestados e sem estabelecer qualquer outro vínculo entre o trabalhador e a terra, onde este exercia seus ofícios. Fez ali o que já fazia desde jovem: cozinhou, limpava, lavava roupa, passava e cuidava da criação de galinhas. Segundo ela, foi no começo dos anos 1990 que passou a receber um salário inteiro, vindo a se aposentar como trabalhadora rural.

Sobre o trabalho, Vanja enfatiza: “Bendito seja Deus, que me deu força *pra* trabalhar! Nunca tive medo de trabalho”. Convertida à Igreja Batista desde a infância – os batistas chegaram ao Santo Antônio há 80 anos, hoje todo o povoado é convertido –, sua fala denota o inconsciente moldado no consentimento à exploração de sua força de trabalho, relacionada à ideia de superação do sofrimento pelo labor presente na ética protestante. Segundo ela, no tempo de convívio com os batistas durante sua condição de favor na fazenda – o latifundiário

---

<sup>12</sup> Advertidas as diferenças contextuais, Silvia Federici aponta que a transição para o trabalho assalariado na realidade europeia da baixa Idade Média dificultou não apenas a percepção do trabalhador sobre o que era produzir para si e a exploração para outrem, como também gerou seu empobrecimento a partir do momento em que a mediação do dinheiro se torna a via para aquisição dos mantimentos necessários à própria reprodução (FEDERICI, 2004).

também era da igreja –, havia um senso de comunidade, sendo a solidariedade o contraponto às relações de submissão e abuso de poder dos fazendeiros<sup>13</sup>.

**Figura 2:** Vanja e Manoel Lopes



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2019)

Com o ritmo de vida marcado pela natureza, era difícil dissociar o tempo de trabalho do tempo de diversão. Foi possível ouvir de Eliane Leite Rosa, 60 anos (2018), nascida em Francisco Dumont, que no tempo de colheita de determinados frutos, ela e sua mãe, Terezinha Leite da Silva, eram convidadas a atravessar de canoa o rio Jequitaí para aproveitar o leite e as espigas nas fazendas à margem, onde passavam o dia fazendo doces, como curau, goiabada e de leite. Atravessar o rio foi relatado como uma aventura, assim como passar a tarde mexendo nos tachos de cobre enquanto outras mulheres, no ambiente privado, debulhavam o milho ou descascavam as frutas – momentos de solidariedade também partilhados nas cozinhas e nos quintais das casas, quando se reuniam para passar o dia fazendo as quitandas (biscoitos) enquanto cuidavam em conjunto dos filhos e dividiam as experiências de vida e de culinária sertaneja.

Eram duas canoas, cada uma de um lado do Jequitaí. A gente chegava na beira e gritava o menino de Manoel de Clara pra buscar. Mãe sentava na canoa, rio cheio, fechava o olho, terço na mão e começava a rezar até chegar na outra beira, morrendo de medo dela virar. Eu era menina. A gente voltava pra casa com 20 quilos de doce,

<sup>13</sup> Apesar de trabalhos relevantes apresentarem os movimentos anabatistas do século XVI como postulantes a um convívio comunitário, como Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (2006), Silvia Federici vai em outra direção, descortinando a opressão que o sexo feminino sofreu dentro de veios da nova doutrina, narrado em *Calibã e a bruxa* (2004). Com isso, compreende-se melhor a absorção da apologia ao trabalho defendida por Vanja.

era curau, goiabada, doce de leite. Tudo pra depois oferecer *pros* hóspedes da pensão, a gente mesmo comia pouco. (informação verbal).<sup>14</sup>

Outra situação narrada por algumas entrevistadas era a entrada no mato fechado na Água Santa, lugarejo da Serra, para buscar lenha para cozinhar na época da estiagem: um trabalho delegado às mulheres com e sem marido, que, juntas, seguiam as picadas cantando e contando causos enquanto cortavam os melhores paus para lenha e os equilibravam sobre a cabeça<sup>15</sup>. Mesmo com toda a imposição da divisão sexual das tarefas e o sofrimento promovido pela dissociação, era nessas situações de sociabilidade e solidariedade que as mulheres reuniam condições para suportar a opressão patriarcal.

**Figura 3:** Eliane



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2019)

Situação diferente das famílias de Zé Peão e Lopes foi encontrada a partir do relato de Maria Rodrigues de Oliveira, 88 anos (2017), uma senhora nascida em Claro dos Poções (município próximo à Serra do Cabral). Conhecida como Maria Facão (seu marido, Bruno

<sup>14</sup> Depoimento fornecido por Eliane Leite Rosa em entrevista concedida à pesquisa em julho de 2019.

<sup>15</sup> “Graças a Deus Maria Balaio vai seguindo seu curso. Tudo simplesmente, é verdade; mas ela é pouco inteligente e é com muita dificuldade que tem conseguido passar nos exames. Só eu na Escola conheço a sua vida pois a mãe, Siá Joaquina Balaio, é lenheira e mamãe costuma comprar a lenha dela. Gosto muito de ver o esforço que ela e a mãe fazem, coitadas, e se há um passeio aonde vou com prazer é ao Cruzeiro, só para ir ao rancho delas. Se eu disser que lhes invejo a sorte ninguém acredita; mas se elas vivem a vida de que eu gosto! Moram num rancho e não dá trabalho para arrumar e no meio do campo largo com uma vista maravilhosa! Nem sei como elas tiveram ideia de fazer ali o seu ranchinho. Só há lá o delas e elas não têm o menor medo, pois são protegidas pelo Cruzeiro que é muito próximo. O cômodo é um só, com um jirau e um colchão de palha para as duas e um caixote para assentar. O fogão também é no quarto e elas me disseram que no tempo de frio se aquecem muito bem com canela.” (MORLEY, 2016, p. 187).

Pereira de Souza, era “homem valente”, por isso o apelido), viveu de agregada nas fazendas de Sócrates Dumont e Daniel Dumont por quase 60 anos. Filha de pais lavradores, trabalhou construindo cerca, plantando para os donos da terra “com enxada e foice” e em carvoarias quando as monoculturas de *Pinus* começaram a chegar à região, além de cuidar da casa e dos filhos.

Maria Facão e sua família, assim como Vanja e Manoel Lopes, exemplificam na região a situação dos agregados nas fazendas, expropriados e mobilizados para o trabalho. Quando a propriedade privada questiona a terra devoluta, ela transforma seus ocupantes em moradores de favor, o que remete à graça e ao consentimento, mas não ao direito de ali estarem; as relações desses ocupantes com a terra são transformadas em relações de trabalho rural. O espaço preenchido com o favor ou o contrato ausenta e evapora os vínculos permanentes com a terra, que caracterizam a existência social de diferentes frações de lavradores.

Enquanto Lica e Vanja, brancas, trabalharam na maior parte de suas vidas dentro da casa dos patrões, à Maria Facão, negra, coube o serviço fora do ambiente privado, exercendo muitas vezes funções delegadas aos homens, deduzindo-se, neste caso, tratamento diferente dado às mulheres por causa da cor<sup>16</sup>. Faz-se notar que o fim da escravidão havia acontecido há poucas décadas, e nas regiões não metropolizadas do país ainda era muito nítida a distinção social pautada na cor e em toda a bagagem do cativo pretérito que a tez escura trazia. As relações de favor, lidas como mediação entre os sujeitos livres pobres e os senhores na reprodução de ambas as classes, que assegurava às duas partes nessa relação, em especial à mais fraca, de que nenhuma era escrava, perduraram mesmo após a abolição (SCHWARZ, 1992). Por mais que o favor orne a violência da exploração na relação informal e íntima entre senhores e livres pobres, nem ela, nem qualquer construção ideológica tributária deu conta de mascarar a brutalidade concreta da expropriação e da desigualdade promovida pelo espectro do passado escravista, mesmo quando se denuncia as assimetrias na questão de gênero. "Trabalhei fazendo cerca, roçando manga. Meu marido que negociava o serviço com o dono.

---

<sup>16</sup> A diferenciação de tratamento de gênero e de cor não só foi constatada nos campos, mas também apreendida ao longo da leitura, tanto de *Minha vida de menina* (MORLEY, 2016), quanto de *Grande sertão: veredas* (ROSA, 1986) – obra que atravessou toda a pesquisa. As personagens femininas com as quais o protagonista Riobaldo se relaciona têm papéis sociais diferentes, todos eles ligados à classe e à cor. À Otacília, moça branca e filha de fazendeiro, o comportamento recluso e o matrimônio realizado enquanto convenção social interessada no patrimônio territorial; à Nhorinhá, moça pobre, de pele escura e filha da bruxa Ana Duzuza, o prazer da carne sem qualquer compromisso; à Diadorim, descoberta mulher tardiamente, o amor impossível entre os dois jagunços, dado que enquanto apresentada publicamente como Reinaldo, as convenções patriarcais não permitiriam a consumação do afeto entre dois homens, lançados à brutalidade das disputas vingativas entre coronéis latifundiários e a República, e, enquanto “sujeitos provisórios” imersos no “sistema jagunço” (BOLLE, 2004), ambos estavam submissos ao poder do homem abstrato da forma social moderna.

Não lembro muita coisa, foi sofrimento demais” – foi o que Maria contou, apresentando dificuldades em dar pormenores da sua vivência na fazenda, auxiliada pela intervenção dos filhos.

Como alerta Étienne Balibar (2007), é importante cotejar a raça e o racismo com seus contextos de classe, sexo e religião, vislumbrando compreender suas variantes particulares no passado e na contemporaneidade. Por isso, não se reduz o debate sobre valor-dissociação à questão de gênero, sobretudo nas formações sociais onde a escravidão moderna esteve presente. Jéssica Menegatti lembra que para Roswitha Scholz as diferenças devem ser significadas “como algo que está sempre de certo modo diluído (...) na forma da dissociação-valor como forma de socialização dominante” (SCHOLZ, 2000 apud MENEGATTI, 2019, p. 83), não devendo considerar o racismo como forma de discriminação de segunda ordem, porém com o cuidado para não cair no discurso fragmentado e neoliberal das diferenças.

Apesar de o racismo científico se consolidar como teoria somente na segunda metade do século XIX<sup>17</sup>, a questão da cor perpassa a formação social brasileira, adquirindo protagonismo nos projetos de nação pós-independência<sup>18</sup>. Ao se considerar a raça e o racismo tecnologias e discursos mais sofisticados do liberalismo na sua abrangência mundial, é preciso investigar não apenas o lançamento da mulher no mundo do trabalho abstrato já em crise, mas também de que maneira essas esferas se cruzam.

Da vida na fazenda, Maria Facão disse que até meados da década de 1970 sua família não recebia em dinheiro, mas em vale, que era trocado por mantimentos apenas na venda autorizada pelos proprietários. O que conseguia de comida não dava para alimentar os 11 filhos, tendo que completar a alimentação com frutos colhidos no mato (araçá, jatobá, pequi, cagaita, goiaba, cafezinho, cajuzinho do mato, ingá e jenipapo) e na pequena roça em que lhes era permitido cultivar.

A casa em que moravam era um rancho feito de palha, material propositalmente provisório, para abortar qualquer intenção de reivindicação de posse. Enquanto o marido negociava o trabalho e tomava a frente nos serviços, a ela cabia plantar a roça, roçar manga para os bois e lavar roupa para fora, vez ou outra ajudar Bruno Facão a fazer as cercas, corroborando o teorema do valor-dissociação, no qual cabe ao sujeito masculino esclarecido,

---

<sup>17</sup> A trajetória do racismo científico, a influência do darwinismo social, os maiores expoentes teóricos e sua preponderância sobre os intelectuais brasileiros estão apresentados em Lilia Moritz Schwarcz (1993) e Maria Augusta Bolsanello (1996).

<sup>18</sup> Entrado o século XX, os estudos de Oliveira Viana (2005), Gilberto Freyre (2006), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Darcy Ribeiro (2015) e outros intelectuais também versaram sobre o tema.

como socialmente determinante, representar a força de se impor, pensar e demonstrar caráter, estruturado inconscientemente ele mesmo sobre essa “dissociação”.

Os frutos do cultivo eram divididos meio a meio com o dono da terra, que às vezes fornecia leite e mandioca para os filhos pequenos. A permanência na terra alheia requeria o pagamento em tributo ao dono, que o extraía do agregado em uma relação de exploração naturalizada por ambos, não importando o destino final dado ao que era entregue. Com isso, naturalizava-se também a interação entre capital e terra monopolizada, visto que os produtos adquirem um poder autônomo frente aos produtores, e o proprietário fundiário, como personificação da terra, se vê no direito de exigir a sua participação no que foi produzido.<sup>19</sup>

Se alguém adoecia, era no mato que se procurava o remédio. A busca por dinheiro para comprar o que faltava era feita acessando a Serra, com a colheita sazonal de sempre-vivas e palha de coco para serem vendidas. Um de seus filhos, Célio Pereira de Souza, presente no momento da conversa, comentou que uma de suas alegrias de menino foi aprender a pescar, pois a partir de então passou a comer algum tipo de carne toda semana. Segundo Maria Facão, a vida sofrida na fazenda a manteve distante do dinheiro por muitos anos, seja pelo pagamento em vale, pelo analfabetismo ou mesmo pela relação conjugal, em que o marido tomava as rédeas da reprodução social familiar e impunha pela força a sua autoridade na vida doméstica. Dado o desconforto em lembrar o passado, ela teve dificuldade em dar detalhes sobre o modo de ser naquela condição pretérita, sendo intermediada pelos filhos durante a entrevista.

---

<sup>19</sup> “É evidente que o capital pressupõe o trabalho como assalariado, mas é igualmente evidente que, se partirmos do trabalho como assalariado, de modo que a coincidência do trabalho em geral com o trabalho assalariado se apresente como algo patente e natural, então também o capital e a terra monopolizada terão de aparecer como forma natural das condições de trabalho frente ao trabalho geral.” (MARX, 2013, v. 3, p. 887).

**Figura 4:** Maria Facão



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2017)

O depoimento de Maria Facão faz referência à formação do mercado de trabalho na Serra. Considerando-se a sua transição de cativo para livre, a ausência de salário para a família ilustra a particularidade das relações laborais na região, ao menos até a metade do século XX. Apesar de o dinheiro não mediar as relações da família Facão, observa-se a mão de obra se tornando mercadoria concomitantemente ao processo de alienação da terra, visto que no mesmo momento as fazendas estavam se expandindo e produzindo.

Entendendo o salário como a compra do tempo socialmente necessário para se produzir mercadoria, no caso de Maria Facão, sua ausência não anula a produção de valor. Ela e sua família, assim como outras entrevistadas, são exemplos de expropriados da terra e/ou dos meios de produção que trocaram seu trabalho no trato do gado pela permissão de viver dentro da fazenda, numa relação particular contraditória de serem livres, porém disponíveis ao fazendeiro além do tempo de trabalho, e desvinculadas dos meios de produção, mas com acesso à terra para cultivar um mínimo para sobrevivência própria. Com isso, era o trabalhador quem pagava com a formação dos pastos ao fazendeiro o direito de usar um pedaço de terra para a produção de alimentos, e não o contrário – a fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital (MARTINS, 2004).

Apesar da empatia à proposta de uma crítica interna negativa, a qual não aceita o trabalho como base ontológica positiva<sup>20</sup>, dada a existência do sujeito moderno, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção, e, para tal, o indivíduo precisa de certa quantidade de meios de subsistência, já que ao acionar o trabalho ele “gasta determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem que ser reposta” (MARX, 2013, v. 1, p. 245). Ao aceitar que o preço do seu trabalho se reduza ao mínimo de subsistência, a família de Maria Facão só poderia se manter e se desenvolver de forma precária, sem muita resistência às condições colocadas. Uma semelhança entre as falas das três mulheres, com destaque para a de Maria Facão, é que, apesar da exploração do trabalho e do tom de conformismo sobre as relações a que se sujeitaram, todas se consideram afortunadas por terem tido um lugar para morar, o que comer, a proteção dos fazendeiros e podido criar os filhos “longe da vadiagem”. Elas ilustram a necessidade do capital de adestrar o trabalhador, naturalizando a relação social e tornando a situação de submissão irresistível ao sujeito. Reservadas as diferenças contextuais deste estudo de caso, Marx aponta que, conforme o desenvolvimento do capitalismo, com todos os seus requintes de expropriação e dependência mais a naturalização desses vínculos sociais, as resistências do trabalhador são quebradas:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. (MARX, 2013, v. 1, p. 808-809).

Ao passo que Lica percebia as relações de trabalho e o pagamento pelos serviços do marido como normais – o que expressa a naturalização do dinheiro como quantidade de valor de uso específico autonomizado da mercadoria como equivalente universal –, Maria Facão, na ênfase de seu infortúnio enquanto trabalhadora, transparece melhor a exploração para a coerção ao trabalho por não receber em moeda. O caráter enigmático do dinheiro enquanto

---

<sup>20</sup> “Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a atividade humana em si, o puro ‘dispêndio de força de trabalho’, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais.” (KRISIS, 1999, p. 22).

mercadoria reside na forma socialmente válida de representação do valor, pois oculta em seu corpo a relação social que o constitui – ou seja, o puro dispêndio de força de trabalho em condição de exploração.

Sem o dinheiro e sua fantasmagoria, o depoimento de Maria Facão sobre os pagamentos em vales explicita o sofrimento em relações claramente desiguais na fazenda, já que o dinheiro mascara e dificulta tal percepção. Além disso, o pagamento em vales e as condições particulares de criação de valor na Serra do Cabral denotam a região consolidada e fechada na forma particular das relações de produção (OLIVEIRA, 1988), prestes a se abrir aos movimentos de autonomização.

A existência regional de relações não capitalistas de produção expressa não só uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução dilatada das contradições do capitalismo, consoante José de Souza Martins (2004). Esse movimento contraditório não é só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de vínculos antagônicos e subordinados não capitalistas. Nesse caso, o autor adverte que o capitalismo cria a um só tempo tanto as condições para a sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, quanto os empecilhos a ela, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.

Décadas depois, com 11 filhos criados e a mudança na manutenção das fazendas, a geração seguinte dos Facão se viu como força de trabalho liberada para buscar outros postos. Seus filhos e netos hoje ilustram a situação: alguns migraram para cidades maiores ou foram garimpar cristal em terras alheias, os que ficaram sobrevivem do assalariamento do plantio de eucalipto ou da coleta para venda de plantas e frutos ornamentais e medicinais na Serra, como é o caso de Célio. Em janeiro de 2019, conhece-se outro de seus filhos, José Juvenal de Souza, Jota, de 56 anos, com mais de 30 passados dentro das fazendas dos Dumont. Na ocasião da conversa, aparentava dividido entre a preocupação e a ansiedade, pois estava procurando serviço para pagar a conta de luz atrasada há meses, enquanto se entusiasmava por tirar seu primeiro RG.

Tais exemplos evidenciam a expropriação da terra como fundamental na relação social que vinha se consolidando na Serra desde antes da abertura regional. A partir dos relatos de pessoas que trabalharam nas fazendas, deparou-se com a questão do trabalho livre naquela realidade. Enquanto para uns poucos o pagamento pelo serviço era feito em bezerros e depois em dinheiro, para outros pagava-se com vales e cobrava-se a dívida da família, caso houvesse pendências com o dono.

As relações diferenciadas entre agregados e patrões revelam predileções nas quais não se pretende adensar, mas que não são de hoje. Sobre a quarteação e o trabalho livre de vaqueiro, por exemplo, Pedro Puntoni (2002) argumenta que ambos não eram a norma nas fazendas de gado durante os séculos XVII e XVIII, o que desnaturaliza essa forma de pagamento. A comparação de relações sociais, apesar do hiato do tempo, ajuda a pensar sobre como se realizou a formação da mão de obra disponível na Serra, bem como a transição para o trabalho livre na região, devendo-se dar o devido peso às relações de favor e suas particularidades<sup>21</sup>.

As narrativas de Lica, Vanja e Maria Facão desanuviam o momento histórico do processo de autonomização dos fatores de produção. As famílias viviam na terra, expropriadas e trabalhando sem receber salário, mas um vale que garantia o mínimo de consumo de alimentos; elas se reproduziam ali, de onde nasciam os braços que por coerção extraeconômica geravam riqueza para o dono geração pós geração. A partir do momento em que o assalariamento se insere no contexto, autonomizando a mercadoria força de trabalho do dinheiro, as relações de produção tornam-se independentes umas das outras e os componentes de valor se ossificam em formas autônomas, dificultando a conexão interna desses fatores no processo de produção (MARX, 2013, v. 3).

A história do país mostra que as políticas de terras e de mão de obra andam relacionadas e dependem, por sua vez, dos processos econômicos. Lica, Vanja e Maria Facão exemplificam os laços de favor que suas famílias estabeleciam com os donos das terras. Mesmo essas passagens tendo se dado há mais de 50 anos, elas demonstram relações construídas em gerações passadas que viveram a transição econômica e normativa para o trabalho livre e foram privadas do acesso à propriedade rural para que não lhes restasse outra saída senão o trabalho nas fazendas alheias.

A reprodução dessas famílias formou a mão de obra necessária para o trabalho nas terras na Serra, a se desprender posteriormente para o mercado de trabalho. A violência de privar os sujeitos de acessar a riqueza que geravam e até de alimentação adequada esclarece o processo: a criação de gado era uma especialização que os fazendeiros coronéis buscavam e dedicavam ao máximo suas fazendas, o que se manteve até a entrada do planejamento regional, encabeçado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pela

---

<sup>21</sup> “Creio, contudo, que esta não era a norma. Posto que a alternativa existisse em teoria, a própria sobrevivência do vaqueiro e de seus ajudantes (por vezes escravos), assim como o trato da boiada, deveriam consumir toda a paga. Ao que se somava o fato de que esta ‘liberdade’ do trabalho, na situação geral do escravismo, implicava responsabilidades extremadas, motivo pelo qual todos os possíveis prejuízos eram descontados nas costas do vaqueiro” (PUNTONI, 2002, p. 36).

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) e por outros órgãos do Estado centralizado, que abriram as fronteiras regionais para capitais exógenos e novas relações de trabalho e produção, as quais as entrevistadas não só testemunharam, como experimentaram também.

Outra senhora entrevistada foi Ifigênia de Moura Silva, 78 anos (2018), costureira aposentada, cuja família viveu e trabalhou nas terras de Daniel Dumont. Sua família saiu da beira do rio Pacuí quando ela tinha 5 anos, indo atrás de serviço pago por dia. Na fazenda onde acabaram se instalando, não se podia plantar feijão, pois as terras eram destinadas às mangas para o boi.

Vim da roça de Coração de Jesus, na beira do Pacuí. Meus pais saíram de lá porque era pobreza demais. *Cê* trabalhava o dia todo e saía da casa do patrão com uma banda de rapadura, um punhado de farinha; era que nem escravidão. A casa era uma choça de palha, mamãe espantava barbeiro fazendo fogo. (informação verbal).<sup>22</sup>

Cultivar repolho, criar galinhas e cuidar dos filhos do dono da terra aos 12 anos de idade não eram suficientes para a sobrevivência da família, tendo ainda jovem desenvolvido a prática da costura, trabalho que fazia à noite para conseguir o dinheiro que não circulava na fazenda. Logo o fazendeiro lhe comprou uma máquina, a quem Ifigênia pagou aos poucos, roçando manga durante o dia e dobrando o trabalho de costura noite adentro. Mal saldou o débito, perdeu sua ferramenta: com a doença do irmão mais novo e os gastos dos pais, a máquina de costura foi tomada pelo latifundiário como garantia da quitação dos remédios. Em Ifigênia vê-se não só a responsabilidade indireta pelo cuidado da família à qual pertencia, caindo sobre seus ombros os custos com a fatalidade do irmão, como também a responsabilidade direta pela família alheia, ao ter que cuidar dos filhos do fazendeiro.

Poucos anos depois, casada com Salvador Elvino da Silva, Dodô, 78 anos (2018), garimpeiro que conheceu brincando de roda na mesma fazenda onde morava, Ifigênia também enfrentou o trabalho nas reflorestadoras de *Pinus* e, depois, de eucalipto. Hoje aposentada, prossegue trabalhando em casa na costura para fora, de posse de sua própria máquina para o mister.

---

<sup>22</sup> Depoimento fornecido por Ifigênia de Moura Silva em entrevista concedida à pesquisa em janeiro de 2018.

**Figura 5:** Ifigênia e Dodô



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2018)

A segunda metade do século XX assistiu a um impasse do ponto de vista econômico motivado pelos rearranjos gerais de produção e acumulação, tendo na criação de autarquias estatais como a Sudene e a Codevasf a representação das mudanças que estavam por vir. Até então, as condições regionais do capital não possibilitavam a autonomização nem entre terra e trabalho, nem entre terra e capital, assim como impediam a autonomização dos rendimentos relativos a cada um daqueles fatores de produção, justamente em razão dos mesmos não terem ainda se cindido. Tais condições constituíram a fazenda tradicional como garantia permanente do investimento agrícola e criaram a base de um processo de mobilização do trabalho em que o trabalhador ainda estava forçado à realização do mais-produto.

Para que essas fazendas pudessem se integrar ao mercado na condição de terras apenas, seria necessário a sua separação tanto do trabalhador quanto do capital, providenciando a instauração de novas condições de territorialização e, com as mesmas, uma forma alterada de mobilização do trabalho em que a terra, mas sobretudo a sua propriedade, passaria a operar como fundamento da dupla liberdade do trabalhador, sujeitado a ter que ir e vir como momento da realização de sua condição de expropriado.

O que passou a ocorrer nesse momento, não só no Vale do Jequitinhonha e na Serra, mas no norte de Minas e em outras regiões, foi a autonomização do capital com a sua separação da terra e a formação do trabalhador livre, já emancipado dos processos forçados de mobilização (LEITE, 2015). Como não poderia deixar de ser, a cisão desses elementos

também envolveu as mulheres, dado que o dissociado é co-constituído na criação do valor. Grande parte das mulheres entrevistadas experimentou as metamorfoses na relação com a terra e com o trabalho, ocultadas na reprodução e no cuidado, que persistem dissociados na realização da sociabilidade moderna.

De geração mais jovem, porém também testemunha das mudanças que a modernização impôs às relações sociais na região, é Maria Zélia Moreira dos Santos, 57 anos (2019). Ainda criança, saiu do distrito de Dolabela para trabalhar com o pai no garimpo de cristal, morando na Serra do Cabral: “Comecei a trabalhar com 12 anos no cristal na Pimentinha, aprendi com meu pai. Descia nas catas até três metros”. O garimpo, diferentemente da fazenda pecuária, aparenta proporcionar maior liberdade ao trabalhador, devendo o faiscador pagar ao dono da terra apenas uma porcentagem sobre os achados, geralmente cobrados sobre o diamante, raramente sobre o quartzo, devido à diferença de valor e de raridade entre os dois minerais.

Com a chegada das reflorestadoras, Maria Zélia viu a oportunidade de emprego e começou a trabalhar na Santa Fé Reflorestadora, passando depois para a Santa Maria Floresta, ambas empresas que chegavam à Serra do Cabral, dadas as facilidades que o governo militar proporcionou em adquirir terra a preço baixo, no intuito de aumentar a produção de carvão vegetal para as siderúrgicas. Ela ficou empregada dos 14 aos 21 anos. “A gente já morava lá na Serra, depois foi *pra* alojamento, rancho de palha e madeira. A gente começava do zero, hoje vem pronto”.

Como era menor de idade e mulher, disse que não só ganhava menos que os homens, como também não foi fichada (registrada). A menoridade não era barreira para ter carteira assinada: segundo ela, seu pai, que também arranhou emprego na Santa Maria, não foi registrado por dois anos. Quando finalmente decidiram fichá-la, o fizeram já dando baixa na carteira, sem direitos, mesmo estando no final da gestação: “Não tinha carteira assinada, papai e eu levamos prejuízo por dois anos. Quando foram me fichar, deram baixa, *tava* com quase nove meses de barrigão, saí sem nada.” Sua comadre, Maria do Carmo Gonçalves Santana, que estava ao lado durante a conversa cuidando do neto, teve o mesmo desfecho: “Eu era diarista no eucalipto. Era a gente casar e ter filho que era dispensada”.

**Figura 6:** Maria Zélia e Maria do Carmo



**Fonte:** acervo pessoal da autora (2019)

Interpretando Karl Marx, David Harvey (2006) comenta que a “lei geral” se baseia na capacidade de os capitalistas em controlar tanto a demanda quanto a oferta da força de trabalho. Os capitalistas teriam que controlar a oferta de mão de obra criando excedentes de força de trabalho ou mobilizando o que chama de “reservas latentes” – como mulheres, crianças, trabalhadores rurais expulsos da terra etc. –, ou, como passou a acontecer décadas depois, criando desemprego tecnologicamente induzido. A expropriação e a mobilização da força de trabalho eram praticadas para garantir o emprego rentável do capital.

Sobre o salário, Marx explica que o valor da força de trabalho estava determinado pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar. “Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho” (MARX, 2013, v. 1, p. 468). Ou seja, não só as mulheres e as crianças ganham menos, como a força de trabalho de famílias inteiras é mais explorada, e o seu valor, reduzido.

Por mais que ainda fosse forte o imperativo de domesticação da mulher em uma unidade familiar restrita, com as mudanças econômicas gerais, entrava em jogo a adequação à dimensão do trabalho abstrato que desse suporte à acumulação. Com o desenvolvimento do capitalismo na forma neoliberal, marcado por mercados globalizados e pela totalização da forma valor, se processa uma inversão de papéis atinente à flexibilização do trabalho, fenômeno observado onde o fordismo, até então bem assentado, começava a ser diluído pela

transigência e pelo individualismo que as novas configurações das forças produtivas instauravam.

Apesar de as periferias não terem experimentado a fundo nem o fordismo, nem o pós-fordismo, a simultaneidade é histórica. O que se constatou na Serra do Cabral foi que as mulheres das camadas mais pobres já trabalhavam há gerações, seja colhendo lenha e flores, fazendo quitanda e costurando em casa em troca de dinheiro, seja nos serviços domésticos das fazendas, não remuneradas e presas ao poder patriarcal dos seus maridos, tornando-se difícil cindir o que era reprodução da família do que era trabalho<sup>23</sup>. A expropriação e o assalariamento, que chegavam juntos à região, traziam também o desmantelamento de relações que mal se construíram entre essas camadas: não apenas se entoava o réquiem do modelo fordista de organização social, já abortado naquela região em particular, como também a entrada da mulher no trabalho normatizado e já precarizado, o que prenunciava a extinção progressiva do sexo masculino como baluarte da moderna relação de valor-dissociação.<sup>24</sup>

Maria Zélia foi demitida sem direitos porque, “com barrigão”, era dispensável ao trabalho no reflorestamento, pois a esfera psicossocial é dominada pela ideia de que, à mulher, cabe ontologicamente a vocação da reprodução, não convindo a ela, pelo olhar do patrão, a compatibilidade com a estrutura do capital.

Pequenas mudanças ocorreram com o tempo: anos adiante, por exemplo, Vanja já com filhos ingressaria as fileiras de trabalhadoras na silvicultura. A esta pesou a “dupla socialização”, refletindo a progressiva crise econômica que as interpretações feministas no

---

<sup>23</sup> Em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, obra em que Silvia Federici constrói a historicidade do capitalismo nos seus liames com o patriarcado, a acumulação primitiva possibilitou impor uma nova divisão sexual do trabalho, diferenciando não somente as tarefas que os homens e as mulheres deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora (FEDERICI, 2004). Em um esforço considerável em apresentar outras possibilidades sociais em disputa que não o capitalismo no fim da Idade Média, a autora exhibe a perseguição aos laços de solidariedade entre as mulheres, argumentando que a transição imposta e nada natural da lógica do valor serviu para submetê-las ao domínio masculino direcionado à acumulação de riqueza. Passado o tempo, desenvolvidas e transformadas as forças produtivas, que permaneceram oprimindo as mulheres, a persistência de convívio nas relações de trabalho e além denotam, inconscientemente, uma forma de resistência às imposições patriarcais modernas. Somada a sua abordagem às lembranças das mulheres sertanejas na sua lida, tem-se uma amostra do amálgama entre trabalho e cuidado, com a diferença de que, para esta pesquisa, a reprodução não é derivada da produção de valor, mas co-constituída, sendo impensável mercantilar essas tarefas dentro de uma crítica coerente ao valor. Em adição, aquilo que oprime os sujeitos femininos (e mesmo os masculinos sem poder) é o valor, não simplesmente a figura masculina genérica.

<sup>24</sup> “Atacar a relação exploratória, da mais absoluta importância, mormente em países como o Brasil cuja relação capitalista aparece amalgamada em substratos arcaicos e escravagistas, já não parece tarefa que possa ser empreendida pela figura do proletário, ela mesma em processo de obsolescência. Nem se fale que em contextos de crise paira a ameaça de que uma quantidade enorme de pessoas, participantes das mais diversas categorias e extratos sociais, sejam igualmente alçadas à pauperização, aí se incluindo pequenos empresários, profissionais liberais, estudantes bolsistas, para somente dar alguns exemplos.” (SCHOLZ, 2004 apud MENEGATTI, 2019, p. 68).

geral não enxergam. Ao invés de elas compreenderem que trabalho abstrato e doméstico constituem as duas faces da mesma estrutura contraditória e fetichista, o que abre caminho para criticar uma forma social que cinde a realidade, as militâncias se prendem à concepção de que o ingresso da mulher no trabalho abstrato é uma libertação que carece apenas de conquista de mais direitos, como se subliminarmente o sexo feminino implorasse por uma espécie de humilhação secundária: já existentes como o reverso da forma mercadoria enquanto material humano oculto do processo de valorização, bradam por reconhecimento e acesso às modernas relações, sem a percepção de que este já é o seu lugar de inclusão no mundo.<sup>25</sup>

Contrapondo a fala das entrevistadas, foi ouvido Antônio Viriato Neto, conhecido como Antônio da Serra, um ex-gerente de reflorestadora chegado à região em fins da década de 1970. Ele não só negou a diferença salarial entre homens e mulheres, como explicou como selecionava as pessoas e dividia o trabalho: “Naquela época, não tinha isso de ‘menor’ não trabalhar, o que é um erro hoje, porque o pai não dá conta de dar nada e aí vai *pro* caminho errado”. Aos homens adultos e fortes, era delegado o emprego nos serviços mais pesados, como no corte da lenha, no transporte para os caminhões, na derrubada do mato e nas carvoeiras. Aos mais jovens – incluindo os menores de idade e, principalmente, as moças e mulheres, dado que “tinham boa cintura *pra* agachar e levantar” –, era dado o serviço no preparo das mudas e no seu plantio, ou seja, a produção “converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade” (MARX, 2013, v. 1, p. 468). Segundo ele, se a família quisesse, ela inteira podia trabalhar de três a quatro meses no plantio, e todos recebiam salário. Depois, se quisesse continuar com o emprego, tinha que se dispor a fazer outros serviços, como bater veneno no cultivo, abrir as bacias para a chuva etc.

Após essa passagem, não há como não abranger não apenas o ponto de vista material, mas também o ideal e o psicossocial presentes na sociabilidade moderna. Para Roswitha Scholz (2000) a discussão deve ser limitada à modernidade, pois a relação de gênero assume nesse contexto uma qualidade completamente nova, dada a generalização da produção de mercadorias, quando o “trabalho abstracto” se torna um “fim em si tautológico”, a

---

<sup>25</sup> Tomou-se emprestada a ideia de humilhação secundária da reflexão de Heinz Dieter Heidemann, que observa esse fenômeno para outros possíveis dissociados na sociedade moderna, os migrantes e refugiados. Para o geógrafo, a humilhação primária já se deu no início da longa história da modernização, a qual transforma as pessoas em mero material do processo de valorização. A busca por “dignidade humana” que esses sujeitos requisitam, cujas bases residem nos direitos humanos iluministas, caracterizam a segunda humilhação pela qual passam: o direito de se venderem e, com isso, serem considerados seres humanos (HEIDEMANN, 2003).

“banalidade do dinheiro” se espalha e à mulher, posta agora na esfera pública, é delegada o primeiro lugar na área inferiorizada da produção.

Gostaria de agora explicar o androcentrismo como “fenômeno infra-estrutural psicogenético” nos termos da dissociação-valor [...] no sentido de que a repressão-dissociação do feminino, a inferiorização das mulheres reais e a existência da dominância masculina radica nas camadas psíquicas profundas; e que aqui a “dissociação”, enquanto padrão cultural fundamental da sociedade e mecanismo psicossocial, determina essencialmente a sociedade como um todo, em mediação com a divisão de funções sexualmente especificada. Mesmo na decadência que acompanha a crise do patriarcado produtor de mercadorias, quando a família nuclear se desfaz e os indivíduos são liberados dos seus papéis, é susceptível de se constituir uma memorização das mulheres colocando-as numa posição diferente da dos homens [...] (SCHOLZ, 2000, p. 26).

Para Scholz, o sistema dos “dois sexos” foi construído dentro das dicotomias do capitalismo moderno, coadunando com a concepção de opostos binários, na qual há a ilusão de dominação-submissão e homem-mulher, que vem de par tanto com a submissão da natureza como com a subjugação das mulheres a ela equiparadas, devendo ser detectadas como marcas distintivas típicas do patriarcado produtor de mercadorias, dicotomia radicada nas camadas psíquicas profundas. Por isso, a naturalidade da fala de Antônio da Serra em descrever como dividia o trabalho no eucalipto, negando a diferença salarial real entre os sexos.

Hoje, as fazendas não possuem mais famílias agregadas. O garimpo, já proibido, também não acolhe as mulheres. As reflorestadoras ainda oferecem postos de trabalho ao sexo feminino, com vagas restritas ao serviço de cozinha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se deduz das conversas com essas mulheres, que mal acreditaram no interesse por suas vivências – pois reproduzem inconscientemente que “o valor é o homem” (SCHOLZ, 1992) –, é que na Serra do Cabral elas e suas antepassadas já eram duplamente socializadas, porque a urgência em alimentar os filhos as impeliu aos cuidados da família e ao trabalho para outrem, sem qualquer vínculo afetivo e/ou remotamente consanguíneo. Às mulheres das camadas inferiores, a crise foi uma constante, vivendo contraditoriamente o papel tradicional de donas de casa e também o de trabalhadoras precoces, porém um labor carente da forma abstrata. Apesar de inseridas em formas não totalmente capitalistas de produção, elas têm um pé fincado na modernidade, pois a dissociação é historicamente construída. Abrangidas pela chegada do trabalho assalariado, permaneceram por um tempo apartadas na sociabilidade da mercadoria.

O teorema do valor-dissociação joga luz às vivências apresentadas, porém a complexidade da realidade observada requer ir além da divisão sexual como espaço cindido “para fora” da forma mercadoria, incluindo outras esferas exteriores à sociabilidade moderna, como a questão de cor – percepção que vai de encontro às considerações finais da análise de Jéssica Menegatti, ao contestar o valor-dissociação como “meta-estrutura” do capitalismo, conforme defendido por Roswitha Scholz. Crê-se que esse detalhe faz diferença na análise da particularidade periférica.

Encerradas em uma geração que vivenciou as transformações concernentes à terra, ao trabalho, ao capital e ao papel do Estado na abertura regional de propósitos modernizadores, essas mulheres, que no nível da reprodução integravam suas vidas às condições econômicas da fazenda de gado, apresentam a particularidade da territorialização do valor-dissociação na Serra do Cabral e suas conexões com a pretensa totalidade do capital. Não sendo a mercadoria e sua produção neutras na questão de gênero, todas as interlocutoras apontaram em suas falas a divisão sexual do trabalho mesmo quando este não produzia diretamente o valor, mas lhe dava as condições para que o realizasse – como cozinhar, lavar roupa, fazer sabão, cuidar dos filhos, buscar lenha etc. Com as metamorfoses das forças produtivas, as atividades de reprodução, a partilha do cotidiano em comum e a percepção das novas perversidades que o patriarcado impunha nas sociabilidades regionais, promovendo mudanças nas vivências, deixam a consideração de que, tanto antes quanto depois da abertura regional, o sujeito masculino abstrato foi o sinônimo do valor, comprometendo as análises idílicas sobre a vida das mulheres agregadas nas fazendas sertanejas.

## REFERÊNCIAS

BALIBAR, Étienne. Le retour de la race. **Mouvements**, n. 50, p. 162-171, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-mouvements-2007-2-page-162.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, Dec. 1996.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações**: discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 25-40.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Coletivo Sabotagem, 1999.

KURZ, Robert. Fetichismo sexual: notas sobre a lógica de feminilidade e masculinidade. **O Beco**, 1992. Disponível em: <[www.obeco-online.org/rkurz445.htm](http://www.obeco-online.org/rkurz445.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2020.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. Orientador: Heinz Dieter Heidemann. 2015. 785 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 3 v.

MENEGATTI, Jéssica C. L. **Mulher sem Valor**: o pensamento de Roswitha Scholz para a crítica radical do capitalismo e das relações de gênero. Orientador: Tales Afonso Muzfeldt Ab'Sáber. 2016. 104 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamentos e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

ROLIM, Leonardo Cândido. Projetos de colonização para os sertões do Norte no “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí” (c. 1770-1790). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Anpuh, jul. 2015. p. 1-9.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SCHOLZ, Roswitha. O sexo do capitalismo: teorias feministas e metamorfose pós-moderna no patriarcado. **O Beco**, 2000. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz6.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm)>. Acesso em: 27 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **O Beco**, 1992. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 10-31.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das lavras baianas**. Orientador: Heinz Dieter Heidemann. 2008. 246 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, v. 27, 2005.

---

**Artigo recebido em: 30 janeiro de 2021**

**Artigo aceito em: 22 de março de 2021.**

**Artigo publicado em: 26 de março de 2021.**